

# 1 Introdução

Essa dissertação se propõe a investigar o papel da “Monografia para Economistas” no contexto do curso de graduação em Economia no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

## 1.1 Antecedentes

A lei n. 9.131, sancionada em 24/11/1995, deu nova redação ao Art. 9<sup>a</sup>., 2<sup>a</sup>, alínea “c”, da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei n. 4.024), conferindo à Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN, que orientarão os cursos de graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação ao CNE”. A nova LDB (Lei n.9.394), de 20/12/1996) viria a ratificar essa decisão em seu Art. 9<sup>a</sup>., inciso VII (BRASIL,2004).

Com o intuito de nortear a elaboração das propostas, a SESu/MEC publicou em 4/12/1997 o Edital 4, em que convocava as instituições de ensino superior para que realizassem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros envolvidos; as sugestões resultantes seriam sistematizadas por comissões de especialistas de ensino de cada área.

Por seu turno, o CNE/CES aprovou diversos pareceres que orientavam a elaboração das propostas de DCN. O Parecer 067, de 11/03/2003, trouxe um referencial para o efetivo entendimento da transição entre o regime anterior e o instituído pela LDB de 1996, estabelecendo um paralelo entre os DCN e os Currículos Mínimos Nacionais. Quanto a estes últimos, o Parecer 067/2003 enfocou a concepção, abrangência e objetivos dos currículos, fixados por um curso de graduação, que levariam à formulação de grades curriculares voltadas para o fornecimento de diplomas profissionais que possibilitavam o exercício das prerrogativas e direitos de cada profissão. Já no que tange às DCN, o Parecer

relacionou os princípios que embasam sua formulação e que estabelecem uma nítida diferença entre os dois regimes.

Na educação superior, os Curriculares Mínimos Nacionais representam o perfil nacional (ANEXO I, p.2):

[...] servir de referência para as instituições na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e prioridade de áreas do conhecimento na construção de currículos plenos. Devem induzir à criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos, as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais. (BRASIL, 2004)

Assim, as DCN dos cursos de graduação devem refletir uma dinâmica que atenda aos diferentes perfis de desempenho a cada momento exigidos pela sociedade, nessa heterogeneidade das mudanças sociais, sempre acompanhadas de novas e sofisticadas tecnologias, que demandam:

[...] contínuas revisões do projeto pedagógico de um curso, para que se constitua a caixa de ressonância dessas efetivas demandas, através de um profissional adaptável e com a suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se justifique sempre as necessidades emergentes. (BRASIL, 2004)

## **1.2 Apresentação do Tema**

Até as mudanças instituídas a partir da atual LDB (Lei n. 9394/96), o Curso de Graduação em Ciências Econômicas seguia a concepção e os princípios que fundamentavam o então Conselho Federal de Educação (CFE) na emissão do Parecer 397/62 (ao qual se seguiu a Resolução sem número de 08/02/1963) e do Parecer 375/84 (do qual resultou a Resolução 11/84), que fixaram os conteúdos mínimos e a duração de 4 anos para o curso.

Existia então um currículo mínimo nacional e as instituições de ensino superior podiam na composição de seu currículo pleno, agregar algumas disciplinas optativas (dentre as que eram relacionadas ao CFE), para que o colegiado do curso, e depois os próprios alunos, escolhessem uma ou duas, conforme seus interesses.

O Parecer 375/84 concebeu para o curso de graduação em Ciências Econômicas um currículo mínimo abrangendo matérias de “formação geral”, incluindo nessa última a “atividade curricular” denominada Monografia. Nos termos da Resolução 11/84, a monografia, como “trabalho de curso” ou “trabalho de graduação”, integrou o currículo mínimo estabelecido no seu Art. 2<sup>a</sup>, fixando-se a exigência de que poderia habilitar-se a ela o aluno que tivesse completado pelo menos 1800 horas-aula do currículo pleno, ou seja, 2/3 do currículo mínimo.

A atual LDB (Lei n. 9.394/96), como foi visto, determinou uma nova configuração: a substituição do currículo mínimo obrigatório, a partir de uma discussão ampla sobre as DCN do curso de graduação em Ciências Econômicas. Dentre as contribuições encaminhadas à SESu/MEC pelos Conselhos Federal e Regional de Economia (COFECON e CORECON`s), pela Federação Nacional dos Economistas (FENECON) e outras associações correlatas, além das manifestações ocorridas em congressos e encontros acadêmicos e no mundo profissional, destacamos como tema do presente trabalho o questionamento em torno da disciplina Monografia, pelos motivos a seguir apontados.

A disciplina Monografia é um requisito obrigatório para a conclusão do curso de graduação em todas as instituições de nível superior, requerendo conhecimentos específicos da ciência econômica para sua realização. Outros cursos, como por exemplo, o de Licenciatura em Matemática, também exigem de seus graduandos a apresentação de uma monografia, mas o curso de Ciências Econômicas apresenta algumas singularidades que merecem ser levadas em consideração.

A primeira delas é o fato de os futuros economistas, além de apresentar um trabalho monográfico por escrito, terem de defendê-lo perante uma banca, composta por dois economistas e o orientador. A semelhança desse procedimento com o de uma defesa de dissertação de Mestrado despertou nosso interesse por investigar o tema, levando-nos a perceber que a disciplina Monografia contém indícios que marcam a formação do profissional em Ciências Econômicas como um cientista, já que, para graduar-se, o aluno dessa área deve defender um estudo, após um período de orientação e pesquisa.

No entanto, esta orientação da disciplina para a formação de “cientistas” vem sendo discutida pelo CORECON-RJ. A alternativa seria sua substituição por

um estágio obrigatório, considerado por muitos a melhor alternativa para o coroamento da formação profissional em Ciências Econômicas.

Para compreender o que move o CORECON-RJ no sentido dessa proposta de alteração curricular, recorremos ao entendimento de que currículo é um espaço de representação e de luta de interesses de grupos específicos, que buscam hegemonia na sua estruturação, principalmente na formação de um determinado perfil de profissional:

Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo também é uma questão de identidade. É sobre essa questão que se concentram também as teorias de currículo. É precisamente a questão do poder que vai separar as teorias tradicionais das teorias críticas e pós-críticas do currículo. As teorias tradicionais pretendem ser apenas isso: “teorias” neutras, científicas, desinteressadas. As teorias críticas e as teorias pós-críticas, em contraste, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica ou desinteressada, mas que está, inevitavelmente, implicada em relações de poder. As teorias tradicionais preocupam-se com questões de organização. As teorias críticas e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar “o quê?”, mas submetem este “quê” a um constante questionamento. A questão central seria, pois, não tanto “o quê?”, mas “por quê?”. Por quê esse conhecimento e não outro está no currículo? Por que razão privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? As teorias críticas e pós-críticas de currículo estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder. (SILVA, p.23, 2001).

Os argumentos utilizados pelo CORECON/RJ em sua proposta de alteração em sua proposta de alteração curricular encontram ressonância na Resolução (sem número) CNE de 2002, onde destacamos os seguintes trechos:

Art.1<sup>a</sup> A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art.2<sup>a</sup> A organização do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Pareceres desta Câmara, indicará claramente os componentes curriculares, abrangendo o perfil do formado, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, o regime de oferta, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o estágio curricular supervisionado e o trabalho de curso ou de graduação, ambos como componentes opcionais da instituição, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o projeto pedagógico.

{ } 2<sup>a</sup>. Na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas deverão ser observadas as seguintes exigências:

- I- comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;
- II- pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamentos e paradigmas diversos;
- III- ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e

IV- ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensáveis ao exercício futuro da profissão.

.....  
 .....  
 Art.7<sup>a</sup>. O estágio supervisionado é um componente curricular opcional da instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento de estágio, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

Art.10. O trabalho de curso ou de graduação é componente curricular opcional da instituição que, se o adotar poderá desenvolvê-lo nas modalidades monografias, projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, ou ainda apresentação de trabalho sobre o desempenho do alunos no curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares e técnicas de pesquisa em Economia.

Art.12 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários, expressamente a Resolução CFE 11/84. (Resolução de 2002, p.4, 2002)

O Parecer CNE/CES 0054/2004, aprovado em 18/02/2004, também se pronuncia (sendo o mais recente documento do Conselho, sujeito a homologação e com registro) quanto à organização curricular:

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas se reflete, indubitavelmente, na organização curricular, para o qual a instituição de ensino superior exercitará seu potencial inovador e criativo, com liberdade e flexibilidade, e estabelecerá expressamente as condições para a efetiva conclusão do curso, desde que comprovados a indispensável integralização curricular e o tempo útil fixado para o curso, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as instituições de ensino superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral; sistema de crédito com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, observada a pré-requisitação que vier a ser estabelecida no currículo, atendido o disposto na Resolução decorrente nesse Parecer. (BRASIL, 2004)

Quanto ao Estágio Curricular Supervisionado, o mesmo documento informa:

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas deve contemplar objetivamente a realização ou não de estágios curriculares supervisionados, tão importantes para a dinâmica do currículo pleno com vistas à implementação do perfil desejado do formando, não o confundindo com determinadas práticas realizadas em instituições e empresas, a título de “estágio profissional”, que mais se assemelha a uma prestação de serviço, distanciando-se das características e finalidades específicas dos estágios curriculares supervisionados. (BRASIL, 2004)

O mesmo documento aponta ainda que a monografia poderá ser desenvolvida ou não, de acordo com o Projeto Pedagógico da Instituição:

É necessário que o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas contenha a clara opção de cada instituição de ensino superior sobre a inclusão ou não de trabalho de curso, também denominado trabalho de graduação. (BRASIL, 2004)

Consideramos relevante acrescentar aqui as considerações de Jorge Rocha<sup>1</sup>, em artigo publicado em 2002, por se tratar de um profissional do mercado que analisa as mudanças do perfil profissional do economista a partir de sua formação:

[...] a questão que se nos afigura central prende-se com a necessidade de clarificar o que se espera hoje dos economistas e do ensino de Economia, no contexto da economia do conhecimento. Qual a esfera de intervenção dos economistas? Que saídas profissionais? Quais os desafios com que se confrontam na nova era global? Será que a Economia que lhes é predominantemente ensinada permite compreender o mundo na sua complexidade atual? Em que deverá consistir o ensino da Economia face aos desafios que se colocam ao país, à Economia, e consequentemente às empresas, no contexto da sua inserção internacional? *A necessidade de renovação pedagógica* em termos pedagógicos, afigura-se-nos absolutamente indispensável que a Economia ensinada esteja em consonância com os problemas e os debates do nosso tempo, até porque a sua vocação é clarificá-los. (p,6)

### 1.3 Objetivo

A presente dissertação tem por objetivo investigar a disciplina Monografia para Economistas no contexto do currículo de graduação em Ciências Econômicas, e a conveniência ou não se sua substituição por um Estágio Obrigatório. Para tanto, pretende-se compreender o referido currículo na sua atualidade, em seus aspectos formais e ocultos (APPLE, 1998), a partir de discussões ocorridas no campo do ensino de Ciências Econômicas. Essas discussões têm sido realizadas por profissionais do ensino superior e estudiosos tanto da formação acadêmica quanto da prática do profissional da área.

Para permitir que este propósito central do estudo fosse atingido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

---

<sup>1</sup> O economista Jorge Rocha trabalha no espaço de ação da Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria, e utilizamos aqui seu artigo na revista *Caderno de Economia* 59, que está disponível no seguinte endereço: (AIP/CCI).[http://www.cadernoseconomia.com.pt/ce59/jorge\\_rocha\\_de\\_matos.pdf](http://www.cadernoseconomia.com.pt/ce59/jorge_rocha_de_matos.pdf).

- 1) Identificar, nos currículos do ensino de Ciências Econômicas implementados no Brasil, marcas históricas e teóricas que tenham influenciados a sua atual estrutura.
- 2) Verificar em que medida os currículos de Ciências Econômicas que foram implementados ao longo do tempo no curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ se orientaram no sentido de propiciar uma formação mais voltada para os aspectos teóricos (estudo das obras clássicas das Ciências Econômicas) ou para os aspectos práticos (relativos à atuação do futuro profissional no mercado de trabalho).
- 3) Analisar, a partir de entrevistas com docentes da UFRRJ que participavam do processo de construção, implementação e revisão do currículo do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, o papel e a importância que atribuem à Monografia e as alternativas que colocam para esta disciplina.
- 4) Analisar, a partir de entrevistas com um representante do CORECON-RJ, o papel e a importância atribuídos à Monografia e as alternativas colocadas para esta disciplina.

#### **1.4 Relevância do Estudo**

A relevância deste trabalho justifica-se pela contribuição para a discussão da formação do profissional de formação superior em Economia. Através do estudo de uma disciplina específica do curso - a Monografia - buscaremos somar outras contribuições para o estudo do currículo. Duas delas merecem destaque:

- a) O entendimento que orienta esta pesquisa, de que o currículo é um lugar de representações do discurso de uma determinada classe ou grupo social (MOREIRA, 2002), permite, através do estudo do currículo de graduação do economista, compreender que tipo de profissional está sendo formado.

- b) Através do estudo de uma disciplina específica como a monografia, segue um aprofundamento de como está sendo realizado o ensino e a abordagem da mesma. Buscando desde as diretrizes curriculares elaboradas pelo MEC para a elaboração do Provão do curso de Ciências Econômicas em 2001 (ANEXO XIV) , sua concepção para o Conselho Regional de Economia (CORECON-RJ), bem como para os professores da instituição estudada, destaca-se a importância da investigação dessa disciplina, dentro de um contexto específico da Educação Superior.

Através do estudo da formação do economista, a partir de como é concebida e lecionada essa disciplina na UFRRJ, o presente trabalho contribui para o debate sobre a substituição da monografia pelo estágio, atualmente promovido pelo CORECON-RJ e especialistas da área de Economia.

A disciplina Monografia para Economistas possui como característica principal ser uma atividade basicamente de pesquisa (SALOMON, 1974), sendo que sua exigência para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas expressa uma preocupação com a formação de um cientista social, e não, um mero técnico. Conforme se lê em uma das páginas disponíveis no endereço eletrônico do CORECON-RJ (1996):

[...] entendendo que não existe um currículo descolado de sua prática pedagógica, fica necessária sua investigação também no saber docente, incluindo a perspectiva da disciplina por professores que a lecionam. ([www.corecon.org.br](http://www.corecon.org.br))

## **1.5 Metodologia**

A presente pesquisa segue uma abordagem qualitativa e pode ser caracterizada descritiva, uma vez que procura abordar, sistematicamente e com a maior exatidão possível, uma área de interesse inclusiva no currículo dos cursos de graduação em Ciências Econômicas.

A adoção dessa abordagem metodológica levou à preocupação de atender a algumas condições que garantissem a consistência do trabalho a ser

desenvolvido: a ênfase na interpretação do contexto que é objeto de estudo; a tentativa de retratar a realidade de forma abrangente; e, principalmente, recorrer a um método de coleta de informações que, além dos dados facilmente encontráveis/observáveis, oferecesse um nível de profundidade suficiente para que se atingisse zonas significativas no plano da análise.

Portanto, tendo em vista os objetivos deste estudo, foram tomados como principais instrumentos de coleta de dados a análise documental e a entrevista semi-estruturada.

### **1.5.1 A análise documental**

A análise documental foi um dos instrumentos escolhidos, por se constituir em uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outros procedimentos, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. São considerados documentos “quaisquer materiais escritos que possam ser utilizados como fonte de informação sobre o comportamento humano” (Phillips *apud* Lüdke e André, 1986 p.187).

No contexto deste trabalho, foram utilizados os seguintes documentos:

- Parecer CNE/CES n. 0054/2004 – Sujeito à homologação, sendo este o documento oficial onde se apresentam as propostas de mudanças curriculares (ANEXO I)
- Resolução CNE/CES de 2002 – A resolução se encontra sem numeração. Sua importância é porque tal documento pode ser entendido como um esboço de elaboração para a confecção do documento posterior (o Parecer CNE/ CES n. 0054/2004 - ANEXO II)
- Criação, apresentação e reconhecimento do Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ (ANEXO III).
- Grade curricular atual do Curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ (ANEXO IV).

- O primeiro informativo do Departamento de Ciências Econômicas e Sociais (ainda nesse período conhecida como Universidade Rural do Brasil) de 1967 – Sendo que este documento descreve a primeira referência ao estágio como componente de formação do graduando em Ciências Econômicas (embora não obrigatório) proporcionado pela Instituição estudada (ANEXO V).
- Estrutura e Funcionamento do ICS-UFRRJ – Documento de 1973 assinado pelo Prof. Romulo Cavina, onde é apontado o Departamento de Ciências Econômicas da UFRRJ como um órgão executivo sujeito à diretoria do ICS (Instituto de Ciências Sociais – ANEXO VI).
- O currículo de Ciências Econômicas da UFRRJ de 1973 (ANEXO VII).
- O currículo de Ciências Econômicas da UFRRJ de 1975 (ANEXO VIII).
- O currículo de Ciências Econômicas da UFRRJ de 1984 (ANEXO IX).
- Projeto de reforma curricular do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ – 2002 (ANEXO X).
- Normas para elaboração, orientação, apresentação de monografia de conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ (ANEXO XI)
- Estruturas curriculares dos cursos de economia no Brasil - Livro: O economista, organizado pelo Prof. Nivalde de Castro (ANEXO XII)
- O Perfil dos Economistas – CORECON-RJ, IERJ, SINDECON-RJ (respectivamente O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, O Instituto de Economia do Rio de Janeiro e o Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro – ANEXO XIII)
- Revista do Provão 2001 (ANEXO XIV).

Os documentos acima listados mostram, dentro da particularidade da Instituição estudada, como a disciplina foi introduzida em 1984 no currículo do Curso de graduação em Ciências Econômicas, ano do citado Parecer CFE 375/84 (a que se refere o Parecer CNE/CES n. 0054/2004). É interessante observar que no currículo referente a esse ano de mudança curricular, (ANEXO IX) aparece a nova disciplina inserida (que é a monografia) juntamente com o estágio obrigatório. Nesse sentido, as entrevistas realizadas ofereceram maior suporte à análise documental, ajudando a contextualizar a discussão.

Os documentos foram analisados segundo proposições de Elizabeth Macedo (2001), no artigo “Aspectos metodológicos da história do currículo”, que indicam duas posturas necessárias para o pesquisador que pretender estudar a história do currículo:

- 1) A rejeição ao modelo materialista, passivo e contemplativo, da teoria do reflexo, que assume o conhecimento como apropriação objetiva do passado;
- 2) A rejeição ao idealismo, que defende que todo conhecimento é subjetivo e presentificado, uma vez que o pesquisador não pode se desprejar de sua condição de sujeito histórico.

A isso acrescenta-se a concepção de documento exposta pela pesquisadora:

[...] os depoimentos tendem a cristalizar determinados consensos hegemônicos, não permitindo, muitas vezes, ao pesquisador, acessar nem a forma como foram estabelecidos, nem as dissidências que não se chegaram a se constituir como pontos de vista suficientemente fortes para se firmar como norma escrita, mas muitas vezes atuaram na configuração do cotidiano do curso [...] (Macedo, 2001, p.41)

Uma alternativa e modo de proceder do pesquisador para essa limitação epistemológica seria a centralização do estudo do currículo em sua dimensão cotidiana, sugerindo Macedo que se faça um trabalho com três níveis de documento:

- a) No primeiro nível, os documentos e registros produzidos no momento histórico utilizado;
- b) No segundo nível, os documentos produzidos depois do momento histórico especificado, podendo ser desde resenhas temáticas ou materiais comemorativos, por exemplo;
- c) No terceiro nível, os relatos orais produzidos pela própria pesquisa. No caso presente as entrevistas com os docentes.

Nesta discussão trabalhou-se com os três níveis de categorização de documento, conforme estabelecido por Macedo (2001), com o objetivo de contemplar da maneira mais ampla possível seu objeto de pesquisa, a disciplina Monografia para Economistas, conforme praticada até a presente data.

Ainda em relação ao tratamento que deve ser dispensado às fontes documentais, cabe acrescentar as seguintes contribuições de Georges Duby (1993):

E aliás, havia eu empreendido o trabalho e já avaliava a distância existente entre a verdade e eu, me colocava em uma tela, formada pelas próprias fontes das quais extraía minha informação, por mais límpidas e atentamente filtradas que fossem. Os escritos que eu começava a explorar, aquela massa de cartas, notícias, peças de processos, inventários, estão entre os documentos menos suspeitos, mais neutros e factuais. Raramente são poluídos pela fantasia de seu redator, por sua paixão ou sua vontade de convencer. São ferramentas, das quais têm a sobriedade e a fraqueza. A maioria tampouco estaria entre os documentos que alguém tivesse interesse em falsificar, na época de sua confecção. (p. 34-35)

Assim, levando em consideração essas contribuições de Duby (1993), fez-se necessário pensar no trabalho de tratamento das fontes como uma tarefa que se pretende complexa no sentido de permitir explorar a dimensão ideológica das fontes, realizar a crítica à pretensa objetividade do pesquisador, bem como de seu aspecto concreto, o qual reflete em grande parte a intencionalidade de quem criou o documento.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio acerca da riqueza e complexidade da análise documental, Antônio Carlos Gil (1994) indica que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa [...] (p.32)

Igualmente relevantes para a delimitação do universo social investigado foram os aportes teóricos da sociologia, em especial, a perspectiva de Pierre Bourdieu (1998), quando este autor afirma que:

Se é verdade que a propensão para tratar um universo social como Aparelho é proporcional à distância, que condena ao subjetivismo, e à ignorância, que simplifica a visão, compreende-se que os historiadores, de resto dados a desígnios

teóricos menos ambiciosos, pela sua posição no espaço universitário, sejam menos levados a heroizar entidades coletivas. A verdade é que a sua relação com o objeto determina a sua visão do objeto. De facto, a propensão para a visão teológico-política que permite censurar ou louvar, condenar ou reabilitar, imputando a vontades benéficas ou malignas as propriedades aprovadas ou reprovadas do passado, depende do grau em que o passado das instituições em causa é considerado como algo que está em jogo e como instrumento de luta, através dessas próprias instituições, no espaço social em que se situa o historiador, isto é, no campo de produção cultural, ele próprio mais ou menos autónomo em relação a essas lutas. (p.3)

Através desse aporte teórico, torna-se evidente a necessidade de o pesquisador compreender que as instituições não são apenas “grandes abstrações conceituais”, que só existem na teoria, mas sim construções sociais e históricas, que necessitam de um tratamento científico específico para sua descrição como objeto de pesquisa. Cabe ao pesquisador, dessa forma, definir e descrever os parâmetros e referenciais teóricos necessários para a compreensão do fenômeno estudado.

No presente trabalho, no que se refere ao campo de investigação delimitado, são elencadas as seguintes instituições:

- a) Uma universidade pública – A UFRRJ;
- b) O MEC - órgão federal responsável pelo currículo de graduação em Ciências Econômicas;
- c) O Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro (CORECON-RJ).

O interesse deste estudo pelas instituições citadas visou à caracterização da disciplina de final de curso, Monografia para Economistas, sua estrutura e visão no meio acadêmico do estado do Rio de Janeiro, até a presente data, com o objetivo de compreender seu desenvolvimento, bem como é percebida e considerada pelo CORECON-RJ.

### 1.5.2 Entrevista semi-estruturada

No caso do presente estudo, a realização de entrevistas semi-estruturadas se constituiu em um recurso investigativo que complementou substantivamente a análise documental. A interação entre pesquisador/entrevistados, em uma atmosfera de influência recíproca, com foco na linguagem oral e gestual, faz com que os discursos sejam repletos de significados produzidos por pessoas que vivenciaram as questões investigadas. Por isso, são diferentes dos documentos, aqui também analisados, que tendem a apresentar os fatos de forma distanciada, às vezes imparcial, sem o envolvimento emocional que é comum no momento da entrevista.

Foram realizadas entrevistas com cinco professores do Curso de Graduação em Ciências Econômicas da UFRRJ (aqui designados como Prof. C., Prof. A., Prof. V., Prof. E., Prof. J.) e um economista que representou o CORECON-RJ, o também Prof. Rafael Vieira. Conforme se verá no Capítulo 3, cuja primeira seção apresenta o perfil dos entrevistados, foi seguida a recomendação de Nadir Zago (in ZAGO et al., 2003) para uma escolha adequada dos sujeitos da pesquisa:

Especificamente no meu modo particular de trabalho, em cada pesquisa procuro entrar em contato com pessoas que, pela posição que ocupam ou conhecimento que detêm do local estudado, podem auxiliar no mapeamento do campo e das pessoas-chave para o estudo e, quando possível, intermediar contatos para facilitar a entrada no campo. (p.293)

Na UFRRJ, onde o pesquisador concluiu o Curso de Bacharel em Ciências Econômicas, foram encontrados os caminhos abertos para a realização das entrevistas necessárias com os atores sociais da Instituição.

Da professora Rosália Duarte (2004) retirou-se outra importante contribuição para esta pesquisa, no que concerne à análise das entrevistas. Esclarece a professora:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, onde os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade,

coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (p.2)

O recurso da entrevista, neste estudo, foi utilizado com o objetivo de esclarecer como os docentes se manifestam perante a possibilidade de transformação curricular apontada pelo CORECON-RJ. Afinal, caso seja homologada essa proposta de mudança curricular, será formada uma nova geração de economistas, cujo perfil profissional difere em muito do atual. Como os docentes da instituição em questão percebem essa transformação? Não terão eles, como sujeitos históricos e agentes sociais, suas ideologias e referências sobre qual o melhor padrão de ensino? E como o representante do CORECON-RJ neste estudo se pronuncia a respeito?

As entrevistas foram realizadas a partir de roteiros semi-estruturados a serem apresentados e comentados no Capítulo 3. Elas ocorreram entre o final de 2004 e o 1ª semestre de 2005. Tiveram a duração média de uma hora e meia cada uma, foram gravadas em fitas cassete e transcritas para análise pelo próprio pesquisador, no mesmo dia em que foram realizadas, para que as informações fossem registradas sem lapso temporal.

### **1.5.3 Organização do restante do estudo**

A análise documental é realizada no Capítulo 2. No início do capítulo são apresentadas algumas marcas históricas do currículo de Ciências Econômicas que influenciam sua condição atual, com vistas a apontar perspectivas para sua possível transformação, considerando o interesse dos sujeitos sociais envolvidos nessa problemática de mudança curricular.

A seguir, a descrição dos períodos históricos referentes ao curso de Ciências Econômicas no País, bem como à história da UFRRJ e do Departamento de Ciências Econômicas da mesma, foi organizada de modo a facilitar a compreensão do leitor, mantendo uma coerência de abordagem.

As entrevistas são apresentadas e comentadas no Capítulo 3. As informações coletadas relacionam-se com as discussões da atualidade pertinentes às transformações curriculares, o que torna esclarecedoras as linhas ideológicas dos professores e do economista que neste estudo representa o CORECON-RJ, suas convicções a respeito do trabalho de final de curso em Ciências Econômicas.

No capítulo 4 são apresentadas as considerações finais do estudo, sendo essa última parte foi dividida em dois segmentos. No primeiro segmento, são apontadas as limitações dessa pesquisa. No segundo segmento são apresentadas as possíveis alternativas para a disciplina Monografia para Economistas segundo as perspectivas dos docentes da UFRRJ, levando em consideração também a perspectiva do CORECON-RJ, como foi declarada e melhor aprofundada no capítulo precedente, pelo seu representante, o economista e professor Rafael Vieira.